



MINISTÉRIO DA
ADMINISTRAÇÃO
ESTATAL

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE
INSTITUTO NACIONAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



RELATÓRIOS DE PRESTAÇÃO DAS CONTAS

31 DE DEZEMBRO DE 2025

DILI, de Maio de 2026
Rua de Avenida Nicolau Lobato, Comoro, Dili, T.L

Índice

SIGLA / ABREVIATURA	ii
SUMÁRIO EXECUTIVO	iii
PREFÁCIO	iv
I. INFORMAÇÃO PRINCIPAL E GESTÃO	1-3
II. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO	4-5
III. DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS	6-14
IV. COMENTARIO SOBRE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	15-17
V. COMENTÁRIO EXECUTIVO SOBRE O DESEMPENHO FINANCEIRO	18
VI. DEMONSTRAÇÃO DE RECEBIMENTOS E PAGAMENTOS EM CAIXA	19
VII. DEMONSTRAÇÃO DE COMPARAÇÃO DO ORÇAMENTO COM VALORES REAIS	20-21
VIII. FLUXO DE CAIXA	22
IX. DEMONSTRAÇÃO DOS PAGAMENTOS POR NATUREZA ECONÓMICA E SETORES DO GOVERNO	23
X. POLÍTICAS CONTÁBILÍSTICA	24-29
XI. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	30-33
XII. NOTA EXPLICATIVU ADICIONAL SOBRE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	34-35
ANEXO	36-37

Sigla/ Abreviatura

INAP	Instituto Nacional da Administração Pública
DN	Diretór Nacional
EV	Expense Voucher
OGE	Orçamento Geral do Estado
FMIS	Financial Management Information System
CFET	Fundu Konsolidadu Timor Leste
IP	Instituto Público
IPSAS	International Public Sector Accounting Standards
NICSP	Normas Internacionais de Contabilidade do Sector Público
CNICSP /IPSASB	Conselho Normas Internacionais da Contabilidade do Setor Publico
OPTs	Ordens de Pagamento do Tesouro
GFS	Estatísticas Financeiras do Governo
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
FMI	Fundo Monetário Internacional
FIC/IFAC	Federação Internacional de Contabilidade
T1	Primeiro Periodo
T2	Segundo Periodo
T3	Terceiro Trimestre
T4	Quatro Trimestre
TSA	Conta Única do Tesouro
LEO	Lei Execução Orçamento

SUMÁRIO EXECUTIVO

Quadro 1. Panograma Geral da Ezeução Orçamental

Descrição	Dotação Orçamento Final	Execução do ano 2025	%
RECEBIMENTOS			
Transferências	1,445,707.00	844,425.57	58%
Outras Recebimentos	-	1.32	0%
TOTAL RECEBIMENTOS	1,445,707.00	844,426.89	58%
PAGAMENTOS			
Salários e Vencimentos	666,298.00	548,817.30	82%
Bens e serviços	779,409.00	519,519.54	67%
TOTAL PAGAMENTOS	1,445,707.00	1,068,336.84	74%
Défice/Excedente do ano	-	(223,909.95)	0%
Saldo de Gerência do ano anterior	-	258,630.16	0%
Prior Period Adjustments - Relatorio	-	(950.48)	0%
Imposto a pagar	-	(2,866.88)	0%
Saldo no Fim do Ano	-	30,902.85	0%

Os Valores do orçamento aprovado e executado para o INAP no ano 2025, que se encontram indicados no quadro acima, já têm em consideração as alterações orçamentais efectuadas durante o ano.

1.1. Gráfico Panograma geral da Execução Orçamento



Prefácio

O Relatório Financeiro do Instituto Nacional da Administração Pública (INAP) Para o Ano Financeiro de 2025 foi preparado de conformidade com a Lei número 9/2011, artigos 3, 37 e 38, os quais foram atualizados com a Lei número 1/2017 do Decreto Lei de Câmara da Contas. Este é o Terceiro relatório com esta característica publicada pelo INAP.

Este Relatório foi preparado com o Instituto de ajudar à compreensão por partes do Ministério das Finanças, da Câmara de Contas, e de outros intervenientes, relativas as demonstrações financeiras agregadas da INAP.

Estas demonstrações financeiras incorporam também recomendações feitas pelo Tribunal das Contas, bem como iniciativas do Tesouro de Ministério das Finanças com vista a tornar as contas do Governo mais transparentes e apropriados, providenciam informações adicionais sobre ativos e passivos em forma de caixa.

O presente relatório foi preparado Seguindo os princípios do Método de Caixa das Normas Internacionais de Contabilidade no Setor Público (IPSAS), tendo as demonstrações suplementares sido preparadas de acordo com a dotação final.

Por fim, o INAP apresentou a taxa de execução com 74% do orçamento do ano fiscal de 2025 com um montante de US \$ 1,445,707.00 (Um Milhões, Quatrocentos e Quarenta cinco Mil, Setecentos e Sete Dólares Americanos).

Tenho a honra de apresentar ao Ministério das Finanças, a Câmara das Contas e outros intervenientes o Relatório de Contas do INAP, para o Ano Financeira de 2025.

Dili, 31 de Maio 2026

Policarpo Amilcar Boavida, S.Pd
O Diretor Geral do INAP

I. INFORMAÇÃO PRINCIPAL E GESTÃO

1. Introdução

Após a restauração da independência em Timor-Leste em 2002, O Governo da República Democrática estabeleceu o Instituto Nacional da Administração Pública conhecido como INAP. O *Decreto-Lei n.º 46/2023, de 28 de julho, que aprova a Orgânica do IX Governo Constitucional*, no seu artigo 19º. No nono Governo Constitucional o Instituto Nacional da Administração Pública ao INAP está sob a tutela direta para o Ministro da Ministério da Administração Estatal (MAE) como o departamento governamental responsável pela conceção, coordenação e avaliação da política, definida e aprovada pelo Conselho de Ministros, para as áreas do poder local, das descentralização administrativa, do apoio às organizações comunitárias, da promoção do desenvolvimento local, da organização e execução dos processos eleitorais e referendários, da promoção da higiene e organização Urbana e da classificação e conservação dos documentos oficiais com valor histórico, cabendo-lhe nomeadamente.

Além disso, o decreto-Lei 71/2022, 28 de setembro primeira alteração ao decreto-lei Nº. 15/2017, de 17 de Maio, aprova a *Orgânica do Instituto Nacional da Administração Pública (INAP)*.

O Instituto Nacional da Administração pública (INAP) responsável pela formação, o desenvolvimento de capacidades e capacitação dos funcionários públicos e agentes da administração pública, apoiando a administração estatal.

Responsabilidades principais do INAP:

1. Formação e capacitação : Desenvolver programas de Formação para funcionários públicos e líderes comunitários;
2. Reforma da administração pública : implementar planos de reestruturação e modernização do serviço público;
3. Gestão do recursos humanos : realizar testes de colocação e gerir a capacitação dos recursos humanos;
4. Regime de formadores : gerir o corpo de formadores qualificados sob um regime especial.

Relatório de Prestação das Contas do Instituto Nacional Da Administração Pública (INAP) é um documento apresentado em detalhes sobre a situação financeira que uma entidade possui

um determinado período. Este relatório apresentará informação sobre demonstrações orçamentais e demonstrações financeiros. Os seguintes estão incluídos nos relatórios financeiros: receitas, despesas, investimento, divisões, saldos e outras informações para permitir que os gestores avaliem a situação financeira e tomem decisões.

2. Visão, Missão e Valores essenciais

De acordo com o Decreto-Lei 71/2022, 28 de setembro que estabelece a orgânica do IX Governo Constitucional e de acordo com a proposta de Decreto-lei aprovada em conselho ministros no passado dia 6 janeiro de 2017 que define a *Orgânica do Instituto Nacional da Administração Pública e garante o bom funcionamento do Instituto*.

2.1. Visão:

Ser o Centro de Excelência para as atividades de ensino e formação de futuros Líderes e Gestores Profissionais e de elevada integridade da administração Pública de Timor-Leste.

2.2. Missão:

- a) Realizar ensino de grau universitário e curso de formação vocacional para os quadros burocráticos do governo de modo que possam concretizar a boa governação pública e a boa prestação de serviços público.
- b) Realizar atividades de estudos sob a política do setor da administração pública que possa servir do referencial nacional.

2.3. Valores Essenciais

Os valores e princípios essenciais incluem:

- a) Capacitação e Desenvolvimento : Promoção do desenvolvimento e qualificação dos recursos humanos.
- b) Mérito: Recrutamento de formadores e seleção baseada no mérito.
- c) Qualidade e Profissionalismo : Foco na capacitação técnica para o desenvolvimento de competências de gestão em dirigentes e chefias.
- d) Valores Éticos e Deontológicos: Fomento de valores éticos, transparência, responsabilidade e luta contra a corrupção na administração pública.
- e) Desenvolvimento de Liderança: Foco na liderança da Administração Pública.

3. Gestor de Executivo

O Director Geral é nomeado pelo Presidente da Comissão da Função Pública mediante a proposta do Ministro. O Director Jeral tem as responsabilidade gerais do Instituto é assitido pelo Instituto Nacional da administração Pública (INAP).

4. Gestor Fiduciária Chave

O pessoal chave da administração que ocupou cargos durante o exercício findo 31 de dezembro de 2025 e que tinham responsabilidade fiduciária direta eram:

No	Posição oficial	Nome
1	Diretor Geral do INAP	Policarpo Amilcar Boavida, S.Pd
2	Diretór Nacional da Administração, Planeamento e Finanças	Belarmino Amaral, MM
3	Diretór Nacional da Formação e Qualificação Profissional	Luis Amaral, M.Si
4	Diretór Nacional de Pesquisa, Estudo e De senvolvimento da Administração Pública	Francisco Carlos de Araujo, M.Sc
5	Diretór Nacional do Ensino, Formal, relasaun e Institucional	Delfin markes, MM

Diretór Geral INAP

O Diretór Geral do INAP Sr. Policarpo Amilcar Boavida, SPd é o órgão executivo singular que desempenha as funções de responsável máximo na direção, na gestão e na representação do INAP, respondendo por este perante o membro do Governo da tutela do INAP.

O Diretor Nacional da Administração, Planeamento e Finanças

O Diretor Nacional da Administração, Planeamento e Finanças Sr. Belarmino Amaral, MM é o serviço responsável por assegurar e prestar apoio técnico e administrativo ao Diretor-Geral e aos serviços do INAP em matéria de planeamento, de orçamento, de relato operacional e financeiro, de finanças, de contabilidade, de aprovisionamento, de património, de logística, de apoio jurídico, de controlo interno, de recursos humanos, de informática e tecnologias de informação, de comunicação institucional e protocolo, de arquivo e gestão documental.

II. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

A. DECLARAÇÃO DO DIRETOR JERAL DE INAP

O INAP conseguiu implementar programas de formação e capacitação para os funcionários públicos, reforçando a gestão da administração pública e apoiando a reforma institucional através da utilização responsável do orçamento, em conformidade com os procedimentos legais.

Persistem desafios na área da gestão financeira e do controlo interno, incluindo limitações nos sistemas de monitorização, arquivo documental e coordenação interinstitucional, que necessitam de ser reforçados.

O INAP irá focar-se no reforço do planeamento orçamental, na implementação de sistemas digitais para a gestão financeira, no desenvolvimento da capacidade dos recursos humanos e no fortalecimento dos mecanismos de monitorização e auditoria interna.

O INAP reafirma o seu compromisso com a transparência e integridade, assegurando que os recursos públicos sejam utilizados de forma eficiente e contribuam para o desenvolvimento da administração pública e para a melhoria da prestação de serviços ao povo de Timor-Leste.

Gostaria de expressar a minha sincera gratidão a todos os trabalhadores da grande família INAP, que continuam a trabalhar incansavelmente para garantir que o nosso Instituto atinja os seus objetivos e planos para o ano.

.....
Policarpo Amilcar Boavida, S.Pd
O Diretor Geral de INAP

B. DECLARAÇÃO DO OFICIAL RESPONSÁVEL PELA FUNÇÃO FINANCEIRA

O relatório de execução orçamental, assim como o relatório financeiro correspondente ao ano fiscal de 2024 foram elaborados pela Direção Geral do Tesouro do Ministério das Finanças.

As demonstrações financeiras estabelecidas preparadas de acordo com as disposições da Estrutura do Orçamento Geral do Estado estabelecido no decreto lei no 2/2022 e da Lei de Gestão Financeira Pública (PFM) usando o Cah Basis IPSAS que foi emitido em 2017. As principais demonstrações financeiras são declaração de recebimentos e pagamentos de

Caixa, demonstração de comparação dos valores orçamentados e realizados por natureza económica e demonstração do Fluxo de Caixa.

Além disso, e de acordo com o Artigo 11 da Estrutura do Orçamento Geral do Estado e da Gestão Financeira Pública, Lei nº 2/2022, o Diretor Geral do Tesouro aconselhou sobre os sistemas de contabilidade e classificação a serem adotados e aplicados adequadamente em todo o Governo. De acordo com este artigo, o Diretor Geral do Tesouro emitiu diretrizes para a adoção do Cash Basis IPSAS para a preparação das contas do governo.

Estas demonstrações financeiras foram complementadas por políticas contábilidade e notas às demonstrações financeiras para explicar melhor a base de preparação e fornecer notas adicionais sobre vários itens destas demonstrações financeiras, e constituem, portanto, parte integrante das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras são declaração de recebimentos e pagamentos em dinheiro, declaração de execução orçamental e Montantes Reais e demonstração do Fluxo de Caixa.

Fornei e continuarei a fornecer informações e explicações, conforme necessário, em relação a estas demonstrações financeiras. Tanto quanto sei e acredito, estas demonstrações financeiras concordam com os livros de contas do Governo, que foram devidamente mantidos. De acordo com o Artigo 64 do Quadro do Orçamento Geral do Estado e Gestão Financeira Pública, Lei n.º 2/2022, tenho o prazer de apresentar as demonstrações financeiras anuais do GoTL para o ano financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2025. Até onde sei, estas demonstrações financeiras do Governo para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2025 foram preparadas de acordo com a Base de Caixa IPSAS. O número de funcionários é insuficiente, o conhecimento não é adequado na área da contabilidade e exige formação.

Gostaria de expressar a minha sincera gratidão a todos os funcionários, especialmente aos trabalhadores do departamento de contabilidade, planeamento e finanças, que continuam a trabalhar incansavelmente para garantir que os objectivos e planos do ministério são cumpridos ao longo do ano.

.....

Belarmino Amrara, MM

Diretór Nacional da Administração, Planeamento e Finanças

III. DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

1) Visão Geral da Demonstração Orçamental

O artigo 21 n° 8 da lei no 42/2025 de 15 dezembro , sobre Enquadramento do Orçamento Geral do Estado e da Gestão Financeira Publica determina que o “As entidades e serviços do Setor Público Administrativo preparam demonstrações orçamentais e financeiras, com base respetivamente nos classificadores orçamentais e Plano de Contas referidos nos números 5 e 6,...” Assim O Instituto Nacional da Administração Pública (INAP) é obriga a preparar as Demonstrações orçamentais de acordo com estrutura e classificação previstas no nos artigos 10 e 11 do mesmo diploma.

As exigências do artigo 38° alínea 4, da lei n°9/2011 de 17 de Agosto sobre Orgânico da Camara das Contas do Tribunal Superior Administrativo, Fiscal e de Contas exigem que “as contas são remetidas à câmara das contas até 31 de Maio do ano seguinte aquele que respeitam”.

2) Dotação de Despesas e Previsão de Receitas

O orçamento do Instituto Nacional da Administração Pública (INAP) para o ano 2025 está integrado no Orçamento Geral do Estado (OGE) para mesmo ano, e foi aprovado n°8/2024, de 26 de Novembro. O total do orçamento aprovado e atribuido ao INAP foi o montante de **USD1,445,707.00**.

Em comparação com o ano 2024 houve uma aumento de **USD 117,186.00** com taxa de **0,088%**.

O quadro seguinte contem os detalho da dotação de despesas Instituto Nacional da Administração (INAP) em 2025 e sua comparação com 2024.

3) Quadro 2 : Dotação de Despesas e Previsão de Receitas do INAP

Descrição	Dotação Inicial	Alteração	Dotação Final do ano 2025	Dotação Final do ano anterior 2024	Varição orçamentária
	A	B	C=A+B	D	E=C-D
RECEBIMENTOS					
Impostos	-	-	-	-	-
Direitos de Aduaneiro de importação	-	-	-	-	-
Taxas, Coimas e outros Penalidades	-	-	-	-	-
Rendimentos	-	-	-	-	-
Vendas de bens e serviços	-	-	-	-	-
Transferências	1, 445, 707.00		1, 445, 707.00	1,328,521.00	117,186.00
Ativos Financeiros e Passivos Financeiros	-	-	-	-	-
TOTAL RECEBIMENTOS	1,445,707.00		1,445,707.00	1,328,521.00	117,186.00
PAGAMENTOS					
Salários e Vencimentos	666, 298.00	-	666, 298.00	533, 374. 00	132, 924. 00
Bens e serviços	779, 409.00	-	779, 409.00	792, 147.00	(12, 738. 00)
Transferência Pública	-	-	-	3, 000.00	(3, 000.00)
Capital Menor	-	-	-	-	-
Capital de Desenvolvimento	-	-	-	-	-
TOTAL PAGAMENTOS	1, 445, 707.00		1, 445, 707.00	1,328,521.00	117,186.00

Gráfico 2.1. Estimativa Percentagem Orcamental Dotação final do ano anterior 2024

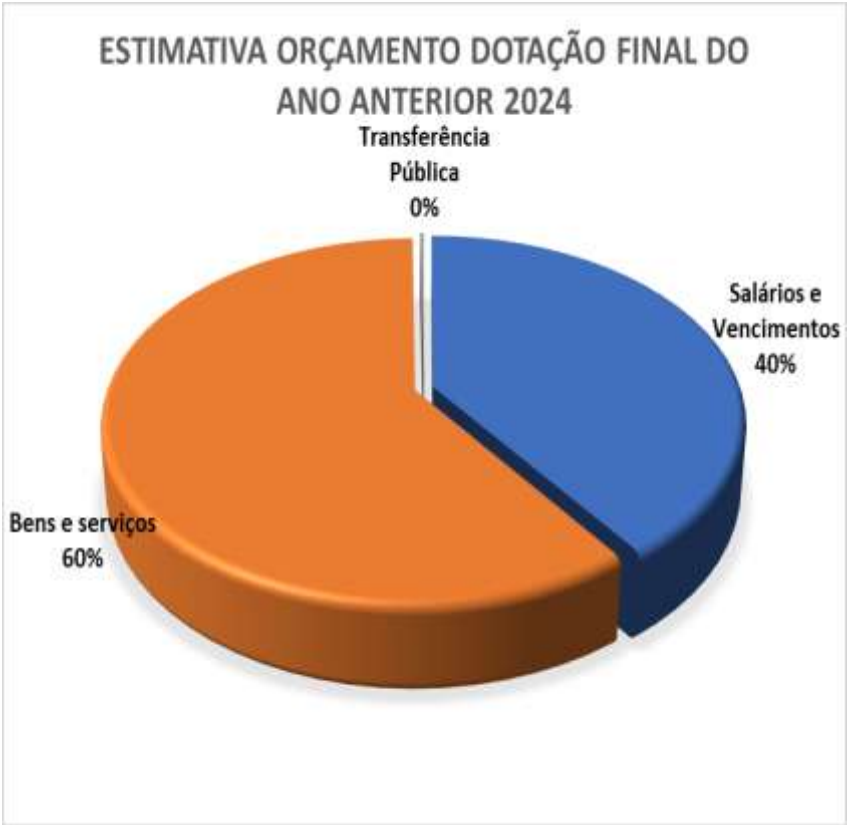


Gráfico 2.2. Estimativa Orcamental Dotação final do ano anterior 2024



Gráfico 2.3. Estimativa Percentagem Orcamental Dotação Final 2025



Gráfico 2.4. Estimativa Orcamental Dotação Final 2025

O total do orçamento alocado para Instituto Nacional da Administração Pública (INAP), foi de USD 1,445,707.00. O orçamento da categoria *Salários e Vencimentos* para 2025 foi de USD 666,298.00 que representa 54% do valor total, *Bens de Serviços* para 2025 foi de USD 779,409.00 que representa 46% do valor total.

Como podemos verificar no quadro e gráficos, relativamente aos anos de 2024 e 2025, o valor orçamentado para o INAP aumento significativamente para o ano de 2025.

3). EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO INSTITUTO NACIONAL DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA

a. Demonstração de Execução das Receitas e das Despesas por categorias do INAP

Em 2025, tal como mostra no quadro 3, o montante das receitas cobradas do Instituto Nacional da Administração Pública (INAP) foi de USD 844,426.89. Estes montantes relativas das Transferências do fundo consolidado com um montante USD 844,425.57 e Outras recebimentos com um montante USD 1.32.

Relativamente às despesas realizadas pelo Instituto Nacional da Administração Pública (INAP) por categoria no periodo de 1 de Janeiro a 31 de dezembro de 2025 foi de USD 1,068,336.84 com uma taxa de execução 74% do total orçamento alocado USD 1,445,707.00.

Além disso, as despesas por categoria do INAP serão compromisso bens e serviços no valor de USD 20,995.38 porque fazer o pagamento forma faseadamente continua pagamento no

Relatórios de Prestação das Contas de 2025

ano 2026 baseada contrato parcel com companhia. O orçamento é utilizado para pagar a manutenção do edifício mas forma faseadamente.

De um modo geral, a execução do orçamento atribuído ao INAP em 2025 foi sobretudo afectada pela decisão da Comissão da Função Pública de congelar o processo de recrutamento. O nosso Instituto tinha planeado recrutar 88 trabalhadores para realizar as actividades planeadas nos programas e sub programas previstos.

Para os detalhes da execução por categoria das receitas e das despesas podem ver nas notas.

Quadro 3: Demonstração de Execução das Receitas e das Despesas por categorias do INAP

Descrição	Notas	Dotação Orçamento Inicial	Alteração	Dotação Orçamento Final	Execução do ano 2025	%	Execução do ano anterior 2024	Varição orçamentária
		A	B	C=A+B	D	E=D/C	F	G=D-F
RECEBIMENTOS								
Impostos		-	-	-	-	-	-	-
Direitos de Aduaneiro de importação		-	-	-	-	-	-	-
Taxas, Coimas e outros Penalidades		-	-	-	-	-	-	-
Rendimentos	3.1	-	-	-	-	-	3,559.73	(3,559.73)
Vendas de bens e serviços	3.2	-	-	-	-	-	415.00	(415.00)
Transferências	4	1,445,707.00		1,445,707.00	844,425.57	58%	996,390.75	(151,965.18)
Ativos Financeiros		-	-	-	-	-	-	-
Passivos Financeiros		-	-	-	-	-	-	-
Outras Recebimentos	5	-	-	-	1.32	-	-	1.32
TOTAL RECEBIMENTOS		1,445,707.00		1,445,707.00	844,426.89	58%	1,000,365.48	(155,938.59)
PAGAMENTOS								
Salários e Vencimentos	6	666,298.00		666,298.00	548,817.30	82%	464,916.88	83,900.42
Bens e serviços	7	779,409.00		779,409.00	519,519.54	67%	509,922.67	9,596.87
Transferência Pública						0%		
Capital Menor		-		-	-	0%		
Capital de Desenvolvimento		-		-	-	0%		-
TOTAL PAGAMENTOS		1,445,707.00		1,445,707.00	1,068,336.84	74%	974,839.55	93,497.29
(Défice)/Excedente do ano		-	-	-	(223,909.95)	0%	25,525.93	(249,435.88)
Saldo de Gerência do ano anterior	8	-	-	-	258,630.16	0%	223,779.02	34,851.14
Prior Period Adjustments - Relatorio	9	-	-	-	(950.48)	0%	-	
Imposto a pagar	10				(2,866.88)	0%	9,325.21	
Saldo no Fim do Ano		-	-	-	30,902.85	0%	258,630.16	(227,727.31)

Gráfico 3.1. Execução Percentagem orçamental por categoria do ano anterior 2024

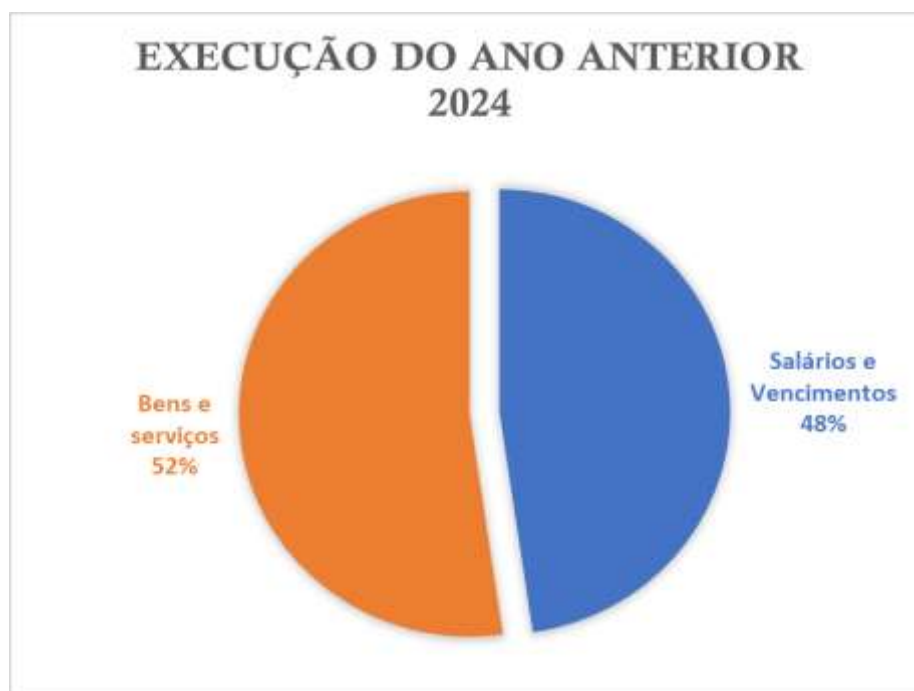


Gráfico 3.2. Execução orçamental por categoria do ano anterior 2024



Gráfico 3.3. Execução Percentagem orçamental por categoria do ano 2025**Gráfico 3.4. Execução Percentagem orçamental por categoria do ano 2025**

No quadro 3 e nos gráficos que se seguem, podemos ver em detalhe a execução do orçamento do INAP 2025 e compará-la com o que aconteceu em 2024. Podemos verificar também que em termos percentuais, conseguimos aumentar a execução orçamental de 74% para 73% face a 2024, demonstrando assim uma melhoria notável na eficiência e eficácia dos processos e na execução e implementação do atividades programadas em cada programa.

b. Demonstração de Execução das Despesas por Programa

Se observarmos detalhadamente a tabela 4, podemos compreender que com um total de uma programa planeado pelo Instituto Nacional da Administração Pública (INAP), o programa 510–Funcionamento e Desenvolvimento Institucional com uma execução de USD de 74%.

Quadro 4. Demonstração de Execução das Despesas por Programa

Descrição	Dotação Orçamento Inicial	Alteração	Dotação Orçamento Final	Execução do ano 2025	%	Execução do ano anterior 2024	Variação orçamentária
	A	B	C=A+B	D	E=D/C	F	G=D-F
510 Functioning and Institutional Development	1,445,707.00	-	1,445,707.00	1,068,336.84	74%	974,839.55	93,497.29
Salários e Vencimentos	666,298.00	-	666,298.00	548,817.30	82%	464,916.88	83,900.42
Bens e serviços	779,409.00	-	779,409.00	519,519.54	67%	509,922.67	9,596.87
Transferência Pública	-	-	-	-	0%	-	-
Capital Menor	-	-	-	-	0%	-	-
Capital de Desenvolvimento	-	-	-	-	0%	-	-
TOTAL PAGAMENTOS	1,445,707.00	-	1,445,707.00	1,068,336.84	74%	974,839.55	93,497.29

5). Demonstração de Execução das Despesas por Funções

No ano de 2024, o Instituto Nacional da Administração Pública (INAP), as despesas efetuadas pelo funções orçamentadas de USD 1,068,336.84 (total despesas). Salientam-se a função de Serviços gerais da administração pública que conseguiu executar USD 1,068,336.84 dólares, representando assim a maior taxa de execução com uma taxa de execução de 74%.

Quadro 5. Demonstração de Execução das Despesas por Funções

Descrição	Salários e Vencimentos	Bens e serviços	Transferência Pública	Capital Menor	Capital de Desenvolvimento	Total Despesas no final 2025	Total Despesas no final 2024
	A	B	C	D	E	F=A+B+C+D+E	G
	6	7					
Servicos gerais da administracao publica	548,817.30	519,519.54	-	-	-	1,068,336.84	974,839.55
Defesa	-	-	-	-	-	-	-
Seguranca e ordem publica	-	-	-	-	-	-	-
Assuntos economicos	-	-	-	-	-	-	-
Protecao do ambiente	-	-	-	-	-	-	-
Habitacao e infraestrutura coletivas	-	-	-	-	-	-	-
Saude	-	-	-	-	-	-	-
Desporto, recreacao, cultura e religiao	-	-	-	-	-	-	-
Educacao	-	-	-	-	-	-	-
Protecao social	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	548,817.30	519,519.54	-	-	-	1,068,336.84	974,839.55

As demonstrações orçamentais em página 6 para página 14 foram preparados, revistos e aprovados da seguinte forma:

Preparado pela:

.....
Febriana da Costa Pereira Nahac
Oficial de Contabilidade

Carlito Lesu Mau

.....
Oficial de Contabilidade

Revisado pelo:

.....
Belarmino Amaral, MM
Diretór Nacional da Administração, Planeamento e Finanças

Aprovado pelo:

.....
Policarpo Amilcar Boavida, S.Pd
Diretór Jeral do INAP

IV. COMENTARIO SOBRE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1) Visão geral das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do Instituto Nacional da Administração Pública (INAP) fornecem um registo do desempenho financeiro durante o ano fiscal de 2025, conforme mostrado na Demonstração de Receitas e Pagamentos de Caixa, Demonstração da Comparação dos Valores Orçamentados e Realizados por Natureza Económica e Fluxo de Caixa. Existem políticas contabilísticas e notas explicativas nas demonstrações financeiras que foram incluídas.

Estas demonstrações foram preparadas ao nível da entidade e incluem informação financeira relacionada com todas as unidades sob o Instituto Nacional da Administração Pública (INAP).

Assim, e em conformidade com o parágrafo 1.4.8 das IPSAS sobre a Base de Caixa, as demonstrações financeiras foram preparadas para todos os recebimentos e pagamentos durante o mesmo período. As demonstrações orçamentais e as demonstrações financeiras anuais são produzidos para apoiar decisões financeiras e comerciais estratégicas essenciais para o bem-estar fiscal e económico da nação. Os relatórios anuais incluem as atividades financeiras e orçamentais do Instituto Nacional da Administração Pública (INAP) que recebem directamente dotações orçamentais do Governo de Timor-Leste.

2) As Demonstrações Financeiras e divulgações adicionais

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando a Base de Caixa IPSAS, sendo as atividades e transações relacionadas reconhecidas quando o dinheiro é recebido e os pagamentos são efetuados. As demonstrações financeiras do exercício financeiro foram compiladas e apresentadas de modo a fazer uma apresentação justa da informação financeira e foram preparadas de acordo com a Parte 1 das Normas de Base de Caixa IPSAS, que exige a divulgação da seguinte informação obrigatória:

a) Demonstração de recebimentos e pagamentos de caixa

De acordo com a Base de Caixa do IPSAS, parágrafos 1.3.12 e 2.3.13, a demonstração dos recebimentos e pagamentos de caixa deve mostrar o total ou todos os recebimentos e pagamentos de caixa do Governo de Timor-Leste durante o período de reporte. A declaração fornece informações sobre as fontes de rendimento e o custo das suas atividades.

b) Demonstração da Comparação dos Valores Orçamentados e Realizados por Natureza Económica

A demonstração de comparação dos valores orçamentais e reais apresenta uma comparação dos valores orçamentais aprovados (dotações) e dos valores reais do ano com base na classificação económica do GFS. Quando o orçamento for revisto, o orçamento inicial e final também será incluído. As declarações são preparadas para fornecer informações sobre até que ponto os recursos foram apropriados pelo parlamento e utilizados de acordo com o orçamento aprovado pelo Parlamento Nacional.

c) Fluxo de caixa

O fluxo de caixa apresenta os movimentos de caixa durante o ano resultantes das atividades operacionais, de investimento e de financiamento. Esta demonstração fornece informações sobre a forma como o dinheiro foi angariado e utilizado durante o ano, incluindo empréstimos e reembolsos de empréstimos; transferências para a Segurança Social, Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno; e a aquisição e alienação de ativos não financeiros.

d) Políticas Contábilísticas

Estes são os princípios, bases, convenções, regras e práticas específicas adotadas pelo Governo de Timor-Leste na preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Representam práticas reconhecidas internacionalmente.

e) Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

As notas explicativas das demonstrações financeiras auxiliam na compreensão das informações reportadas nas demonstrações principais para fornecer uma divulgação completa estão consideradas parte integrante das demonstrações financeiras. As informações explicativas são para melhor compreensão das demonstrações financeiras preparadas com recurso à Base de Caixa IPSAS. O primeiro conjunto de notas explicativas está diretamente relacionado com as demonstrações financeiras.

f) Explicativo adicional Notas

As notas suplementares adicionais não estão diretamente relacionadas com as demonstrações financeiras, mas fornecem informações adicionais aos utilizadores das demonstrações financeiras. As Notas Complementares adicionais incluem o seguinte:

- ✓ Nota sobre contas a receber;
- ✓ Nota sobre contas a pagar;

- ✓ Nota sobre compromissos pendentes e
- ✓ Nota sobre Ativos Fixos

g) Nota sobre contas a receber

As contas a receber (AR) é o saldo de dinheiro devido ao Governo por bens ou serviços entregues ou utilizados, mas ainda não pago pelos clientes no final do período de reporte.

Durante o ano findo em 31 de dezembro de 2025, o Ministério, o departamento ou agência não teve contas a receber.

h) Nota sobre contas a pagar

As contas a pagar (AP) representam os montantes devidos a fornecedores e outros terceiros em 31 de dezembro de 2025. Trata-se de compromissos externos de bens e serviços.

i) Nota sobre ativos não correntes/ativos fixos

No âmbito das reformas da Gestão Finanças Públicas que visam melhorar a gestão dos ativos não correntes, o Governo começou a manter um registo de todos os ativos não correntes. Limitam-se a terrenos públicos, propriedades (edifícios públicos), maquinaria, etc., que são contabilizados como gastos no ano de aquisição na Demonstração de Receitas e Pagamentos de Caixa; na Demonstração de Comparação Orçamental e Valores Reais; e o Fluxos de Caixa.

Nos próximos anos, estes ativos serão sujeitos a verificação física antes da migração dos ativos governamentais para o IFMIS e da adoção do regime de competência integral das IPSAS. Consequentemente, e numa tentativa de complementar as notas de divulgação fornecidas pela Base de Caixa IPSAS, foi preparada uma declaração resumida dos ativos fixos adquiridos durante o período de relato e incluída uma Nota Suplementar.

V. COMENTÁRIO EXECUTIVO SOBRE O DESEMPENHO FINANCEIRO

O INAP no ano fiscal de 2025, foram elaboradas com base no atribuído pelo OGE 2025, com o montante de USD 1,445,707.00 (Um Milhões, Quatrocentos e Quarenta e Cinco mil e Setecentos e Sete dólares americanos), conforme a Lei do OGE 2025 nº 8/2024 de 26 de Novembro. Em 2025 não houve retificação do orçamento.

A execução das despesas por categoria do orçamento do INAP em 2025 atingiu a taxa de execução de 74% na generalidade. A Percentagem de execução por categorias executado as pelo INAP correspondem a Salários e Vencimentos com a taxa de execução de 51% da totalidade de execução em 2025 e categoria de Bens e Serviços com a taxa de execução de 49% da totalidade de execução em 2025.

A alocação orçamental final de 2025 do INAP, foi distribuída em uma programa; Funcionamento e Desenvolvimento Institucional com o valor total de USD 1,445,707.00 (Um Milhões, Quatrocentos e Quarenta e Cinco mil e Setecentos e Sete dólares americanos), com uma taxa execução de 74%.

A execução das despesas por funções tem uma Servicos Gerais da Administração Pública com a taxa de execução de 74% são iguais com despesas gerais porque INAP têm uma Funções.

VI. DEMONSTRAÇÃO DE RECEBIMENTOS E PAGAMENTOS EM CAIXA

Descrição	Notas	31-Dec-25	31-Dec-24
RECEBIMENTOS			
Receitas fiscais		-	-
Receitas não fiscais	3	-	3,974.73
Transferências de outras entidades governamentais	4	844,425.57	996,390.75
Assistência externa ou subsídios		-	-
Empréstimos externos		-	-
Empréstimos internos		-	-
Outras recebimentos	5	1.32	-
TOTAL RECEBIMENTOS		844,426.89	1,000,365.48
PAGAMENTOS			
Despesas com Pessoal	6	548,817.30	464,916.88
Utilização de bens e serviços	7	519,519.54	509,922.67
Consumo de ativos			
Juros e outros encargos			
Subsídios			
Subsídios pagos			
Benefícios sociais			
Transferências			
Reembolsos de empréstimos ou empréstimos reembolsados			
Outras despesas			
TOTAL PAGAMENTOS		1,068,336.84	974,839.55
(Défice)/Excedente do ano		(223,909.95)	25,525.93
Saldo no início do ano	8	258,630.16	223,779.02
(Défice)/Excedente do ano - acima		34,720.21	249,304.95
Saldo no Fim do Ano		34,720.21	249,304.95

Saldo no final do ano incluindo itens adicionais de acréscimos

Ativos Financeiros		-	-
Adiantamento		-	-
Ativos Financeiros		-	-
Ativos não tangíveis		-	-
Cauções e Garantias (Performance Guarantee 10%)		-	-
Imposto a Pagar	9	(2,866.88)	9,325.21
Prior Period Adjustments	10	(950.48)	-
Saldo no fim do ano incluindo itens adicionais de acréscimos		30,903.85	258,630.16

O balanço caixa de USD 30,903.85 vai ser utilizado pelo INAP para a execução do orçamento geral do estado no ano fiscal de 2025.

.....	
Belarmino Amaral, MM Diretor DNAPF	Policarpo Amircar Boavida, S.Pd Diretor Geral do INAP

VII. DEMONSTRAÇÃO DE COMPARAÇÃO DO ORÇAMENTO COM VALORES REAIS

Descrição	Notas	Dotação Inicial	Alteração	Dotação Inicial	Execução	Variação	% Execução
		A	B	C=A+B	D	E=D-C	F=D/C
RECEBIMENTOS							
Receitas fiscais		-	-	-	-	-	0%
Receitas não fiscais		-	-	-	-	-	0%
Transferências de outras entidades governamentais	4	1,445,707.00		1,445,707.00	844,425.57	(601,258.43)	58%
Assistência externa ou subsídios		-	-	-	-	-	0%
Empréstimos externos		-	-	-	-	-	0%
Empréstimos internos		-	-	-	-	-	0%
Outras Recebimentos	5	-	-	-	1.32	1.32	0%
TOTAL RECEBIMENTOS		1,445,707.00		1,445,707.00	844,426.89	(601,280.11)	58%
PAGAMENTOS							
Despesas com Pessoal	6	66,298.00		66,298.00	548,817.30	(117,780.70)	82%
Utilização de bens e serviços	7	779,409.00		779,409.00	519,519.54	(259,889.46)	67%
Consumo de ativos		-	-	-	-	-	0%
Juros e outros encargos		-	-	-	-	-	0%
Subsídios		-	-	-	-	-	0%
Subsídios pagos		-	-	-	-	-	0%
Benefícios sociais		-	-	-	-	-	0%
Transferências		-	-	-	-	-	0%
Reembolsos de empréstimos ou empréstimos reembolsados		-	-	-	-	-	0%
Outras despesas		-	-	-	-	-	0%
TOTAL PAGAMENTOS		1,445,707.00		1,445,707.00	1,068,336.84	(377,370.16)	74%
(Défice)/Excedente do ano					(223,909.95)	(223,909.95)	0%

Esta é uma demonstração financeira primária que acompanha a Demonstração de Recebimentos e Pagamentos de Caixa. Este orçamento foi aprovado pelo parlamento nacional baseia-se no orçamento geral do estado 2025. O orçamento original foi aprovado pelo Parlamento em Terça-Feira, 26 de Novembro de 2024, Série I, N.º 46 F , Lei N.º 8/2024 de 26 de Novembro.

Em conformidade com as normas internacionais de contabilidade do sector público (IPSAS) 24 e mais especificamente com os parágrafos 1.7.33 a 1.7.39 das IPSAS de base de Caixa, esta demonstração de comparação Orçamental e montantes reais é uma das Principais demonstrações financeiras apresentadas. O orçamento uso Base de caixa significa é um método de contabilidade que reconhece receitas e despesas apenas no momento em que o dinheiro é efetivamente recebido ou pago.

De acordo com o Execução orçamento geral do estado de lei nº.43/2024, 20 de Dezembro, estabelece as normas de execução do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2025 em Timor-Leste. Este diploma define as regras orçamentais, a gestão financeira e os procedimentos para a utilização dos fundos públicos no referido ano fiscal.

Data revisão sobre relatorio demonstrações financeiras comecei no dia 27 de Março de 2026 até 24 de abril 2026 de equipa Tesouro Ministerio das finansas.

VIII. FLUXO DE CAIXA

Descrição	Notas	31 Dez 2025	31 Dez 2024
		US \$	US \$
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Recibos			
Receitas fiscais	-	-	-
Recibos de dinheiro não fiscais	3	-	3,974.73
Transferências de outras entidades governamentais	4	844,425.57	996,390.75
Assistência externa		-	-
Outras Recebimentos	5	1.32	-
Receita totais		844,426.89	1,000,365.48
Despesas			
Despesas com pessoal	6	548,817.30	464,916.88
Utilização de bens e serviços	7	519,519.54	509,922.67
Juros e outros encargos		-	-
Subsídios		-	-
Subsídios pagos		-	-
Benefícios sociais		-	-
Transferências		-	-
Outras Despesas de Transferencia		-	-
Despesas totais		1,068,336.84	974,839.55
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais	A	(223,909.95)	25,525.93
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Produto da venda de ativos (em outros rendimentos)		-	-
Aquisição de imobilizado – consumo de ativos		-	-
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento	B	-	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Receitas de empréstimos externos		-	-
Receitas de empréstimos internos		-	-
Reembolso de empréstimos		-	-
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento	C	-	-
Aumento/(diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa	A-B+C	(223,909.95)	25,525.93
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	8	223,779.02	117,419.85
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		34,720.21	249,304.95

Caixa e equivalentes de caixa no final do período incluindo itens adicionais de acréscimos

Ativos Financeiros		-	-
Adiantamento		-	-
Ativos Financeiros		-	-
Ativos não tangíveis		-	-
Cauções e Garantias (Performance Guarantee 10%)		-	-
Imposto a Pagar	9	(2,866.88)	9,325.21
Prior Period Adjustments	10	(950.48)	-
Saldo no fim do ano incluindo itens adicionais de acréscimos		30,903.85	258,630.16

IX. DEMONSTRAÇÃO DOS PAGAMENTOS POR NATUREZA ECONÓMICA E SETORES DO GOVERNO

Descrição	Notas	Servicos gerais da administraca o publica	Defesa	Seguranca e ordem publica	Assuntos economicos	Protecao do ambiente	Habitacao e infraestrutura coletivas	Saude	Desporto, recreacao, cultura e religiao	Educa ção	Protecao social	Total Despesas no final 2025	Total Despesas no final 2024
DESPESAS RECORRENTES													
Despesas com Pessoal	6	548,817.30	-	-	-	-	-	-	-	-	-	548,817.30	464,916.88
Utilização de bens e serviços	7	519,519.54	-	-	-	-	-	-	-	-	-	519,519.54	509,922.67
Juros e outros encargos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios pagos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Benefícios sociais		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reembolsos de empréstimos ou empréstimos reembolsados		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DESPESAS RECORRENTES		1,068,336.84	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,068,336.84	974,839.55
DESPESAS CAPITAL			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Capital Menor		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Consumo de ativos - Capital Menor		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Consumo de ativos - Capital de Desenvolvimento		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DESPESAS CAPITAL		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DESPESAS + RECORRENTES E CAPITAL 2025		1,068,336.84	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,068,336.84	974,839.55

X. POLÍTICAS CONTÁBILÍSTICA

a. Enquadramento legal

A lei primária que rege a elaboração das demonstrações financeiras é o “Orçamento Geral do Estado e da Gestão Financeira Pública”, Lei n.º 2/2022, de 10 de fevereiro, que veio substituir a Lei n.º 10/2022, de 10 de fevereiro. N.º 13/2009.

1. Lei N.º 8/2024 de 26 de Novembro, Orçamento Geral do Estado para 2025;
2. Decreto-Lei N.º 43/2024 de 20 de Dezembro, Execução do Orçamento Geral do Estado para 2025;

b. Políticas Contabilísticas Significativas

Estes são os princípios, bases, convenções, regras e práticas específicas adotadas pelo Estado na preparação e apresentação das demonstrações financeiras. As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente a todas as transações, salvo indicação em contrário.

c. Declaração de cumprimento e Base de preparação das contas

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade das operações e as políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente ao longo do período. A apresentação e classificação dos itens das demonstrações financeiras são consistentes de um período para o outro.

O Governo da República Democrática de Timor-Leste adoptou a utilização das IPSAS “Base de Caixa”, IPSAS 2 e IPSAS 24. Estas normas foram emitidas pelo O conselho das normas internacionais da contabilidade do setor público (CNICSP/IPSASB) da da Federação Internacional de Contabilistas (FIC/IFAC).

d. Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas com base em custos históricos, salvo indicação em contrário. A base contabilística específica para os principais itens das demonstrações financeiras é apresentada abaixo. A demonstração do fluxo de caixa é preparada utilizando o método direto.

e. Moeda de relatório

A moeda funcional na República Democrática de Timor-Leste é o dólar dos Estados Unidos, pois esta é a moeda que mais influencia as receitas do governo e as despesas operacionais; a maior parte do financiamento é fornecido na mesma moeda; e a maioria das receitas das atividades operacionais são retidas. Consequentemente, a moeda de relato é também o dólar americano, que é aceite como a moeda geral em uso.

f. Período de relatório

O ano fiscal decorre de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro. As presentes Demonstrações de Contas abrangem o período de 1 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025.

g. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são registados no balanço ao custo. Para efeitos da Demonstração de Recebimentos e Pagamentos de Caixa; Demonstração de Comparação Orçamental, Fluxo de Caixa; e a, o caixa e equivalentes de caixa compreendem o dinheiro em caixa, os depósitos mantidos à ordem em bancos, outros investimentos de curto prazo altamente líquidos e os descobertos bancários.

h. Reconhecimento de Receita

Os recebimentos representam o dinheiro recebido durante o ano fiscal e compreendem: Receita fiscal, Receita não fiscal, Assistência externa, Empréstimos, Transferências e quaisquer outros recebimentos em dinheiro e equivalentes de caixa. Estes recebimentos são reconhecidos e incluídos nas demonstrações financeiras apenas quando recebidos como dinheiro ou equivalentes de caixa.

- i. **Receitas Fiscais** : é reconhecido quando o dinheiro e os equivalentes de caixa são recebidos. O dinheiro é considerado recebido quando o dinheiro entra na conta do CFET.
- ii. **Receitas não fiscais** : representa outras receitas domésticas cobradas que não sejam de impostos e estas são reconhecidas nas demonstrações financeiras no momento em que o caixa e os equivalentes de caixa associados são recebidos.
- iii. **Assistência externa** : é recebido sob a forma de donativos de agências doadoras multilaterais e bilaterais ao abrigo de acordos que especificam os fins para os quais a assistência deve ser utilizada. Isto representa donativos recebidos da comunidade doadora que não serão reembolsáveis no futuro. Os valores constantes da Demonstração de Receitas e Pagamentos de Caixa são reconhecidos apenas quando recebidos e estão sob o controlo do Governo.
- iv. **Empréstimos** : quaisquer empréstimos que sejam reconhecidos no momento em que o dinheiro e os equivalentes de caixa são recebidos pelo governo.
- v. **Empréstimos externos** : são empréstimos de instituições financeiras internacionais, governos, Direitos de Saque Especiais, etc.
- vi. **Empréstimos domésticos** : isto inclui adiantamentos do Banco Central, empréstimos de instituições financeiras nacionais recebidos em dinheiro ou equivalentes de caixa durante o período do relatório.

I. Transferências de outras Unidades/Fundos do Governo Geral

Transferências do governo central para as entidades do setor público são reconhecidas quando o dinheiro é recebido. O dinheiro considera-se recebido quando a instrução de pagamento é emitida ao banco e notificada à entidade recetora.

J. Despesas

Os pagamentos representam desembolsos de dinheiro feitos por ou outras agências para e em nome do Governo de Timor-Leste. Todos os pagamentos são reconhecidos e incluídos nas demonstrações financeiras quando o dinheiro é pago.

- i. **Remuneração dos Trabalhadores:** incluem benefícios para os empregados, tais como salários, subsídios e outros custos relacionados com o emprego, e estes foram reconhecidos nas demonstrações financeiras apenas quando foram efetuados pagamentos em dinheiro.
- ii. **Utilização de bens e serviços:** são reconhecidos quando os pagamentos em dinheiro são efetuados no período pelos bens/serviços consumidos e pagos. Se não forem pagos durante o período em que os bens/serviços são consumidos, devem ser incluídos na demonstração dos ativos e passivos financeiros (Balanço) como passivos financeiros com planos de suporte (notas detalhadas).

k. Consumo de ativos

Isto inclui pagamentos de Propriedade, Instalações e Equipamento e outros ativos não correntes que são normalmente conhecidos como itens de capital. Compreendem principalmente terrenos, edifícios, instalações, veículos, equipamentos e quaisquer outros ativos de capital controlados pelo GoTL. No regime de caixa, os pagamentos de propriedades, instalações, equipamentos e outros ativos não correntes são contabilizados na totalidade como gastos no ano de aquisição. No entanto, estes ativos são registados nos Registos de Ativos pelo custo histórico como um registo de memorando.

l. Pagamentos de juros

São juros pagos sobre empréstimos e adiantamentos. Na base contabilística de caixa, os juros efetivamente pagos em dinheiro ou equivalentes de caixa são reconhecidos nas demonstrações financeiras, excluindo quaisquer montantes não pagos.

m. Subsídios

Os subsídios são reconhecidos no momento em que o dinheiro e os equivalentes de caixa são pagos aos beneficiários designados. Todos os subsídios são reconhecidos e incluídos nas demonstrações financeiras quando o dinheiro ou equivalente de caixa é pago, excluindo quaisquer montantes pendentes não pagos.

n. Benefícios sociais

Um todos os benefícios sociais são reconhecidos e incluídos nas demonstrações financeiras quando o dinheiro ou equivalente de caixa é pago. Os benefícios oficiais podem ser pagos por vários motivos e devem ser identificados como tal apenas se tais pagamentos se destinarem a serviços sociais específicos planejados pelo GoTL PARA um sistema nacional de rede de segurança que responda a choques; ou para apoiar a recuperação imediata de crises e a construção de resiliência a longo prazo contra choques naturais e provocados pelo homem ou quaisquer outros serviços sociais prestados em dinheiro ou equivalentes de dinheiro.

o. Transferências

Qualquer transferência de pagamento de dinheiro e equivalentes de caixa para um fundo específico, agência independente do GoTL, Municípios ou Região Administrativa Especial de OeCusse Ambeno, etc. Estes pagamentos são reconhecidos nas demonstrações financeiras apenas quando o dinheiro ou equivalentes de caixa são efetivamente pagos como transferências durante o período do relatório.

p. Reembolsos de empréstimos ou financiamentos

Qualquer dinheiro ou equivalente de caixa pago como pagamento de empréstimos ou financiamentos durante o período de relato é reconhecido nas demonstrações financeiras. Estes pagamentos excluem quaisquer montantes pendentes devidos por empréstimos ou financiamentos porque não foram pagos dinheiro ou equivalentes de caixa.

q. Outras despesas

Qualquer pagamento em dinheiro e equivalentes de caixa que não se enquadre em qualquer outra classe de pagamento designada é considerado outra despesa. Estes pagamentos são reconhecidos nas demonstrações financeiras apenas quando o dinheiro ou equivalentes de caixa são efetivamente pagos durante o período do relatório.

r. Reembolsos de receitas e despesas de anos anteriores

Os recebimentos reembolsados dos anos anteriores são registados como gastos no ano corrente. As despesas reembolsadas de anos anteriores são registadas como rendimentos no ano corrente.

s. Declaração de Comparação Orçamental e Valores Reais

Esta é uma demonstração financeira primária que acompanha a Demonstração de Recebimentos e Pagamentos de Caixa. A República Democrática de Timor-Leste publica orçamentos anuais aprovados após aprovação pelo parlamento, que são depois disponibilizados publicamente. De acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (IPSAS), esta Declaração de Comparação Orçamental e Valores Reais é uma das principais demonstrações financeiras apresentadas.

O orçamento aprovado é desenvolvido na mesma base contabilística (regime de caixa), na mesma base de classificação (GFSM, classificação económica de 2014) e para o mesmo período de relato das demonstrações financeiras. Abrange as mesmas entidades das demonstrações financeiras consolidadas.

O orçamento original foi aprovado pelo Parlamento em Terça-Feira, 26 de Novembro de 2024, Série I, N.º 46 F, Lei N.º 8/2024 de 26 de Novembro. Os objetivos e políticas orçamentais originais, as revisões subsequentes e as diferenças materiais entre o orçamento e os valores reais são explicados mais detalhadamente nas demonstrações financeiras e também no comentário executivo fornecido como parte dessas demonstrações financeiras.

t. Data de autorização

As políticas contabilísticas e as notas explicativas destas demonstrações financeiras constituem parte integrante das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras em página 15 para página 17 foram aprovados e assinados pelo Diretor Geral do Instituto Nacional da Administração Pública (INAP) em consulta com o Diretor Nacional da Administração, Planeamento e Finanças.

XI. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**1. Funções do governo**

Para a apresentação de determinada informação nas demonstrações financeiras por funções do governo, foram seguidas as Estatísticas Financeiras do Governo [GFS], desenvolvidas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico [OCDE] e publicadas pelo Fundo Monetário Internacional [FMI], 2014.

2. Taxas de câmbio

Todos os valores monetários nas demonstrações financeiras são expressos em dólares americanos, a moeda de transação e de relatório da República Democrática de Timor-Leste.

Descrição	Actual 31 Dec 2024	Actual 31 Dec 2023
	US\$	US\$
US \$	1	1
British Pound	0.8	
Euro	0.97	

3. Receitas não Fiscais

As receitas não fiscais representam outras receitas domésticas cobradas pelos Instituições, departamentos e agências da República Democrática de Timor-Leste.

Descrição	Actual 31 Dec 2025 US\$	Actual 31 Dec 2024 US\$
Taxas Administrativa	-	-
Taxas de Visto e Passaporte	-	-
Taxas de Licença Comércio e Indústria	-	-
Autorizações de Trabalho e Outras Taxas	-	-
Taxas Portuárias	-	-
Taxas de Aeroporto	-	-
Taxas de Licença de Pesca	-	-
Taxas de espectro de telecomunicações	-	-
Taxas de sobrevoos (IATA)	-	-
Taxas alfandegárias	-	-
Juros Cobrados (Juros)	-	3,559.73
Vendas de Mercadorias (Formulários e impressos)	-	415.00
Total Receita não fiscais recebida durante o ano	-	3,974.73

Outras Receitas

Descrição	Real 31 de dezembro de 2025 US\$	Real 31 de dezembro de 2024 US\$
Prior Period Adjustments	-	-
Reposições não abatidas nos pagamentos (Return TPOs)	1.32	-
Total de Outras Recebimentos	1.32	-

4. Transferências de Outras Entidades Governamentais

Representam transferências de outras entidades governamentais e passam a ser receita da entidade beneficiária.

Transferência do OGE de 2025 através da conta do governo central CFET, para a subconta INAP, para ser utilizada nas despesas do Instituição do INAP durante o primeiro período (T1), o segundo período (T2), Terceiro Período (T3) e Quatro Período (T4) de acordo com os registros na sua conta bancária.

Descrição	Real 31 de dezembro de 2025 US\$	Real 31 de dezembro de 2024 US\$
Transferências do governo central para os entidade do setor publicas	844,425.57	996,390.75
Total de Transferências Recebidas	844,425.57	996,390.75

Aqui estão representadas as verbas alocadas ao INAP pelo Governo Central, através da transferencia bancária do Fundo de Consolidação de Timor Leste (CFET).

6. Compensação de funcionários

Pagamento de salários e subsídios regulares e permanentes no valor de \$ 512,597.89, incluindo uma taxa de Segurança Social de 4% e 10% de impostos, pagos aos funcionários do Instituto Nacional da Administração Pública (INAP) como funcionários permanentes, contratados casuais, acessor e a termo, com um total de 125 funcionários do INAP, pagos durante o período de referência.

Relatórios de Prestação de Contas de 2025

Além disso, são pagos abonos variáveis ou eventuais para cobrir o subsídio mensal de transporte e o pagamento de horas extraordinárias para os trabalhadores permanentes no valor de \$ 36,219.41.

Descrição	Real	Real
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
	US\$	US\$
Salário e abonos regulares e permanentes	512,597.89	432,127.29
Abonos variáveis ou eventuais	36,219.41	32,789.59
Total Despesas com Pessoal	548,817.30	464,916.88

7. Utilização de bens e serviços

São sobretudo pagamentos de Vestuário e artigos pessoais; Bens públicos; Material de escritório; Combustível; Limpeza e Segurança; Manutenção; Comunicações; Transportes; Catering; Ajudas de custo; Serviços profissionais; Publicação; cópia e impressão; Serviços financeiros e Rendas.

	Actual 31 Dec 2025 US\$	Actual 31 Dec 2024 US\$
Vestuário e artigos pessoais	5,500.00	-
Bens públicos	27,378.80	28,502.40
Material de escritório	36,258.25	30,736.25
Combustível	8,499.00	10,000.00
Limpeza e segurança	7,500.75	8,766.00
Manutenção	41,756.25	41,567.20
Comunicações	11,045.79	10,592.39
Transportes	42,181.30	-
Catering	68,534.50	102,844.00
Ajudas de Custo	189,345.25	218,765.40
Serviços profissionais	76,271.00	56,093.95
Públicação, cópia e impressão	2,173.75	100.50
Serviços financeiros	1,739.90	1,579.58
Rendas	1,335.00	375.00
Total da utilização de bens e serviços	519,519.54	509,922.67

8. Caixa e equivalentes de caixa

Consiste de dinheiro em Caixa, depósitos à ordem e à vista em bancos, e equivalentes de Caixa, incluindo adiantamentos não quitados. A LEO e Gestão Financeira Publica (2022/02) estabelece, no Artigo 28, no. 1, d), e Decreto-Lei N.º 43 /2024 de 20 de Dezembro, Execução do Orçamento Geral do Estado para 2025, no. 1 do artigo 6, os requisitos para o funcionamento das contas bancárias oficiais.

Relatórios de Prestação de Contas de 2025

As transações financeiras do INAP foi operado na sub-conta de TL389000000100003714780 no Banco Central de Timor Leste que foi autorizado pelo Tesouro como conta oficial designado do instituto.

Esta conta foi criada pelo Governo de Timor-Leste baseando no conceito de Conta Única de Tesouro para facilitar informação sobre todas transações e saldo de caixa do INAP no fim do ano. Essas transações incluem pagamentos feitos durante o ano, adiantamentos quitados e devolvidos, Saldos de caixa, retorno ou devolução de dinheiro e transferências recebidos pelo governo.

8.1. Saldo de Gerência (Opening balance)

O saldo de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2024, será o Saldo Final do ano, e será transportado para o saldo inicial ou saldo inicial de 2025, e será utilizado ou responderá às despesas que foram orçamentadas em 2025.

Descrição	Real 31-Dec-25 US\$	Real 31-Dec-24 US\$
Saldo de Gerência (Closing balance/Opening balance)	258,630.16	223,779.02
Total Saldo de Gerência	258,630.16	223,779.02

XII. NOTAS ESPLICATIVAS ADICIONAIS SOBRE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Nota sobre contas a pagar

Imposto a pagar com o valor de \$ 2,866.88, referente às taxas de 2024 e 2025 no quatro período, não significa que não tenha sido paga. Basta submeter um pedido de transferência de imposto para 2025 e 2026, e o acerto voltará a aparecer no débito. Taxa refere, o categoria despesas com imposto sobre salarios vencimento.

Descrição	Real 31-Dec-25 US\$	Real 31-Dec-24 US\$
Imposto a Pagar	2,866.88	9,325.21
Total Imposto a Pagar	2,866.88	9,325.21

2. Prior Period Adjustments

No período anterior, os ajustamentos provêm do retorno dos dinheiros restantes do fundo de adiantamentos, e outras despesas que não são utilizadas ou não e não foram devolvidos em 2025; são devolvidas e registadas em 2026. Halakon

Descrição	Real 31-Dec-25 US\$	Real 31-Dec-24 US\$
Prior Period Adjustments	950.48	
Total Imposto a Pagar		

3. Notas explicativas sobre ativo fixo (Consumo de ativos)

Classes de Ativos	Custo histórico Em 1 de janeiro de 2025 USD	Adições durante o ano 2025 USD	Descartes durante o ano - 2025 USD	Em 31 de dezembro de 2025 Custo histórico USD
Terra	-	-	-	-
Edifícios e estruturas	-	-	-	-
Ativos de infraestrutura	-	-	-	-
Equipamentos de transporte	-	-	-	-
Itens classificados	-	-	-	-
Equipamento, mobiliário e acessórios de escritório	-	-	-	-

Relatórios de Prestação de Contas de 2025

Classes de Ativos	Custo histórico Em 1 de janeiro de 2025 USD	Adições durante o ano 2025 USD	Descartes durante o ano - 2025 USD	Em 31 de dezembro de 2025 Custo histórico USD
Equipamento TIC, software e outros ativos TIC	-	-	-	-
Outras máquinas e equipamentos	-	-	-	-
Património e bens culturais	-	-	-	-
Bens biológicos	-	-	-	-
Ativos intangíveis	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

Esta tabela não pode ser analisada com base nos custos, uma vez que não existem dados disponíveis para o próximo ano. Espera no ano seguinte INAP os dados estejam completos. podemos então submetê-la.

Lista Documentos Anexo:

1. Lista de Funcionario INAP

LISTA FUNCIONÁRIOS DO INSTITUTO NACIONAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA O ANO DE 2025

Code Instituição	Nome Instituição	Grau F		Grau E		Grau D		Grau C		Grau B		Grau A		Sub- Total		Total	Regime Especial	Nomeção política (Apontamen to política)	Casual	TA Nacional	TA Internacional	Total
091	INAP	P	T	P	T	P	T	P	T	P	T	P	T	P	T	P+T	2		31	3		125
		12	2	10	8	9	9		13	19		6		56	32	88						

2. Lista de Patrimonio do Estado Bens Moveis

LISTA PATRIMONIO DO ESTADO BENS MOVEIS
INSTITUTO NACIONAL DA ADMINITRAÇÃO PÚBLICA
(INAP)

No	Descrição	Ano de Compra	Ano de Uso	Quantidade	Condições		Faixa de Preço Cada Item (\$)	Observações
Material de Equipamento					Boa Condições	Ma Condições		
1	Desktop	2021	4	25	25	0	\$ 20,000.00	O orçamento de \$ 20,000.00 cobre a compra de 25 desktop em 2021.
2	CPU	2014	10	94	63	31	-	Estes CPU INAP foram recebidos de instituições como a JICA, CFP e MAE, pelo que o INAP desconhece o seu preço.
3	Maquina Fotocopia	2014, 2023	10	4	2	2	\$ 18,000.00	O montante de \$ 18,000.00 cobre duas fotocopia adquiridas em 2023, enquanto as outras duas foram recebidas de doadores da JICA, pelo que não se conhece o preço.
4	Laptop	2014, 2021	10	26	20	6	\$ 9,450.00	O valor de \$ 9,450.00 cobre apenas 7 computadores portáteis adquiridos em 2021; restante foi recebido da instituição ou ministério sob tutela, pelo que INAP desconhece a origem do seu dinheiro.
5	Monitores	2014	10	47	0	47	-	Estes monitores foram recebidos pelo INAP de doadores da JICA e de instituições ou ministérios sob a sua tutela, como o CFP e o MAE.
6	Impressora (Printer)	2014	10	44	30	14	-	Estes Impressora(Printer) foram recebidos pelo INAP de doadores da JICA e de instituições ou ministérios sob a sua tutela, como o CFP e o MAE.
7	Projector	2014, 2021	10	15	12	3	\$ 4,200.00	O montante de 4.200,00 dólares abrange apenas 6 projetores adquiridos em 2021; os restantes foram obtidos através da tutela de instituições ou ministérios, como o CFP e o MAE, pelo que, o INAP desconhece o preço.
8	Gerador	2007	17	2	2	-		Estes Gerador foram recebidos pelo INAP ao tempu UN (Unitat Nations).
				230	129	103	\$ 51,650.00	
Equipamento de Escritorio								
1	AC	2014	9	72	72	0	-	Este valor está incluído no custo da renovação do edificio.
				72	72	0		
Veiculo								
1	Carro	2021	1	6	6	0	\$ 216,350.00	O orçamento de \$ 216.350,00 dólares cobre a compra de 6 automóveis em 2021.
2	Monitorizada	2013	11	13	13	0	-	Estes veículos motorizados foram recebidos pelo INAP de instituições ou ministérios tutelados, como a CFP e o MAE, pelo que, desconhece-se o preço.